

UMA NOVA PERSPECTIVA DE ENSINO DA HISTÓRIA DO RIO
GRANDE DO SUL: DO MITO DO GAÚCHO E DA IMIGRAÇÃO
EUROPÉIA À ESCRAVIDÃO AFRICANA
A NEW PERSPECTIVE FOR TEACHING THE HISTORY OF RIO GRANDE
DO SUL: FROM THE MYTH OF THE GAUCHO AND EUROPEAN
IMMIGRATION TO THE AFRICAN SLAVERY

Sarah Calvi Amaral Silva¹

RESUMO

As doutrinas raciais européias do século XIX exerceram profunda influência na historiografia brasileira no momento em que cientistas sociais pensavam a construção de uma identidade nacional, relacionada às discussões de políticas públicas para a imigração. No Rio Grande do Sul, tal perspectiva foi incorporada aos trabalhos de autores que buscaram explicar a formação sócio-econômica e cultural do estado baseando-se na idéia da superioridade racial dos primeiros povoadores, ocultando escravos africanos desse processo. Esta explicação distorcida da história é ainda utilizada em instituições de ensino que não desenvolvem o conteúdo a partir das identidades de seus alunos. Neste trabalho, através de um debate historiográfico, aponto possíveis estratégias pedagógicas para uma nova abordagem da nossa história.

PALAVRAS-CHAVE: ensino – raça – identidade

ABSTRACT

The European racial doctrines of the nineteenth century had a big influence in Brazilian historiography, while social scientists were thinking on building a national identity related to

¹ Licenciada em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

the discussions of public policies for immigration. In Rio Grande do Sul this perspective was incorporated to the work of authors who sought to explain the socio-economical and cultural status of the state based on the idea of racial superiority of the first settlers, excluding African slaves from this process. This distorted explication of the history is still used in schools that do not develop the subject as from the identity of their students. In this work, through a historiographical discussion, I point out some possible pedagogical strategies to a new approach of our history.

KEYWORDS: teaching – race – identity

No Rio Grande do Sul, o mês de setembro é um período de orgulho para os gaúchos: são as comemorações da semana farroupilha, marcada por manifestações ufanistas de caráter regional. Nas escolas, as crianças vestem-se a rigor, aprendem sobre a cultura campeira e realizam atividades que buscam a conformação de uma identidade baseada nos valores daqueles que lutaram pelos ideais da Revolução. Nesse sentido, é exaltada a democracia no pampa, onde patrão e empregado trabalharam lado a lado na construção de um estado próspero, cuja história foi marcada por conflitos quase permanentes com os castelhanos nas regiões de fronteiras. Somadas a este conteúdo, estão as referências às cidades açorianas, como por exemplo, Pelotas e Rio Grande, locais que remetem à colonização portuguesa seja pela arquitetura, seja pelos elementos culturais que permanecem até os dias de hoje. Ao lado do protagonismo do gaúcho açoriano está a imigração alemã e italiana ao longo do século XIX que, segundo as explicações recorrentes, foi necessária ao povoamento de áreas desabitadas do nosso território, a fim de evitar a invasão de povos estrangeiros. Os europeus, a partir de então, com muito trabalho, “ergueram” o estado e trouxeram sua cultura e civilização para terras americanas. Nas escolas algumas atividades destacam a imigração: passeios à serra relacionados à caracterização dos trajes e culinária típicos de cada nacionalidade, filmes, leituras e a própria história de vida dos alunos (revelando o seu “lado europeu”), são elementos que compõem a construção das identidades, através do ensino desse conteúdo.

Algumas questões devem ser levantadas a partir do modelo de ensino da história do Rio Grande do Sul adotado na maioria das instituições de ensino. Primeiramente, é necessário

pensar a validade dessa perspectiva enquanto explicação da história: os alunos sentem-se parte do processo histórico, ou seja, eles se reconhecem enquanto sujeitos dessa história, permeada por uma noção específica de identidade? Esse primeiro aspecto nos leva à pergunta central da reflexão que proponho neste trabalho: quem são os autores que, através de sua produção historiográfica, calcada em determinada orientação teórico-metodológica, promoveram a imagem de um estado branco, europeizado e próspero por um lado, e “produtor” de homens corajosos, democráticos e justos por outro, constituindo, dessa forma, a nossa “história oficial”? Para responder às questões, farei uma breve discussão historiográfica apontando, ao final do texto, alguns caminhos para uma nova perspectiva de ensino que inclua a formação de professores e a adoção de práticas pedagógicas que desconstruam o mito do gaúcho e a idéia de um estado europeu, social e culturalmente.

A partir da segunda metade do século XIX, as nações européias procuraram construir sua unidade nacional baseada na idéia da origem racial comum de seus povos. Nesse sentido, segundo Giralda Seyferth, as noções de “nação” e “nacionalismo” passaram a se confundir, originando o “nacionalismo étnico” que, segundo Hobsbawm, “foi impulsionado não só pela intensificação de movimentos nacionalistas nos impérios multinacionais (...), mas também através dos movimentos imigratórios e da ciência que ajudou a transformar a raça em conceito central das ciências sociais” (*apud* SEYFERTH, 1996:42). Para Hannah Arendt (1976), o racismo “designa as doutrinas que afirmam a desigualdade das raças humanas partindo do pressuposto que a cultura é biologicamente determinada” (*apud* SEYFERTH, 1996:42). No Brasil, as teorias raciais influenciaram o discurso de cientistas sociais no momento em que era pensada a construção de uma identidade nacional, através das discussões sobre a substituição da mão-de-obra escrava no período pós-abolição e, posteriormente, a respeito do futuro do país em termos de progresso sócio-econômico, sendo estes os aspectos centrais na elaboração de políticas públicas para incentivar a imigração européia.

Na produção historiográfica das primeiras décadas do século XX sobre o Rio Grande do Sul, a noção de raça biologicamente determinada - refletida no ideal do branqueamento da população como fator determinante para o progresso – está presente na obra de Jorge Salis Goulart. Em “A formação do Rio Grande do Sul” (1927), unindo o determinismo geográfico (o meio geográfico determinaria a potencialidade de uma civilização), à ação das “forças sociais ou raciais”, o autor profere interpretações baseadas na idéia da centralidade açoriana

na ação civilizadora no estado. Para ele, as boas condições hidrográficas de Rio Grande e Porto Alegre, proporcionaram aos europeus (conscientes que eram do Estado Português) a construção de um belo estado. Da mesma forma, partindo da influência do meio geográfico sobre as forças sociais, Goulart constrói a idéia da democracia no pampa a partir do trabalho pastoril e da estância, célula social fundamental para a compreensão da formação do Rio Grande do Sul. Para ele, a constituição das estâncias foi o resultado da ação dos açorianos - através de seu modelo de família e pequena propriedade - em contraposição à geografia do Rio Grande do Sul - que pela vasta extensão territorial e abundante quantidade de alimentos (rebanhos bovinos), propiciou a substituição da pequena propriedade pelo latifúndio.

A estância e o latifúndio, segundo o autor, produziram lares estáveis, cujos patriarcas demonstravam respeito, cordialidade e carinho para com o seu clã (que incluía os trabalhadores pobres), dividindo o trabalho das lides pastoris (bastante amenas) com os seus empregados. No Rio Grande do Sul, portanto, não existiam diferenciações sociais, havendo apenas um segmento: o dos gaúchos, felizes e altivos por natureza, unidos pelo amor à guerra, pelas cavalgadas no campo, e perseguidores dos mesmos ideais. A constituição deste lar democrático é também atribuído aos açorianos civilizados: “Das recordações açorianas e lusas nos vinham aquelas idéias de cristianismo construtor e sadio que no Brasil meridional, triunfando do tumulto das raças, estabelecia a continuidade perfeita da disciplina, atuando em prol da civilização”. (1927:30). Ainda, utilizando os relatos de viagem de Sant-Hilaire², Goulart aproveita a descrição das moradias dos fazendeiros feita pelo viajante - simples, pobremente mobiliadas e cobertas de palha – para alegar a proximidade social entre patrões e empregados. Segundo o autor, devido ao gênero de vida simples – atribuído aos açorianos agricultores que povoaram o Rio grande do Sul em seus primórdio - que os ricos levavam, estes desciam até os pobres e todos seriam irmanados pelos sentimentos e costumes. (1927:39).

Segundo Goulart, o espírito democrático do gaúcho determinado pelo trabalho pastoril teria, inclusive, sido o ponto-chave da explicação das boas condições de trabalho e de vida dos escravos, os quais se teriam sido beneficiados por esta democracia:

(...) Não tinham aqui os dominantes necessidade de tiranizar os dominados, pois que (...) Desde a cultura até a capacidade econômica a ‘elite’ diretora era

² Naturalista francês que esteve no Rio Grande do Sul em 1820.

naturalmente superior. (...) E o tradicional espírito de igualdade gaúcha liberta a raça martirizada antes mesmo da assinatura da lei áurea pela Princesa Redentora. (1927:48-49). [grifo meu]

Na parte do trabalho intitulada “O problema das raças”, Salis Goulart, seguindo o ideal do branqueamento, bem como utilizando a classificação de tipos preconizada pelas teses raciais, explica a formação social rio-grandense a partir das raças³, baseando-se em dados estatísticos apresentados por Oliveira Vianna (afirmava que o elemento branco representaria mais de 70% da população do estado). O “contingente insignificante” de africanos vindos para o Rio Grande do Sul seria a consequência de dois fatores. O primeiro é o trabalho pastoril – que nos remete à democracia no pampa-, que pelo fato de exigir menos braços do que a agricultura, não necessitou de uma escravaria numerosa. O segundo elemento é a “forte dosagem de sangue germânico” na constituição racial dos Açores, “povoados por indivíduos de raça flamenga” (1927:180), que em sua tese teriam construído Rio Grande do Sul. Mesmo admitindo a existência de um grande contingente de escravos “nas zonas de intensa agricultura” (Piratini, onde se plantava trigo) e nos “centros de fabricação de charque” (Pelotas e Porto Alegre), Goulart continua com o seu ideal do branqueamento, utilizando as estatísticas de um censo escolar da “Diretoria de instrução municipal de Pelotas”⁴, que registrou 87,5% de matrículas de crianças brancas. O autor simplesmente estende este número ao conjunto da população rio-grandense.

Por fim, são colocados os fatores que garantiriam o futuro do Rio Grande do Sul enquanto estado pertencente ao Brasil. Baseando este futuro na ação dos sacerdotes católicos nas colônias alemãs e italianas na tentativa de garantir uma coesão social de cunho patriótico e nacionalista, bem como na direção dos contingentes inferiores por elementos da raça branca, somada à diminuição numérica das raças inferiores, Goulart coloca:

Os elementos (...) que existem no Rio Grande do sul mais aptos para a civilização, têm assumido sempre a direção dos demais (índios e negros) fazendo-os progredir sob uma forte e constante orientação. (...) Essa orientação dirigente e dominadora dos elementos eugênicos é tanto mais notável quanto eles tendem a aumentar em vista das constantes imigrações, bem como de crescente diminuição das raças inferiores reveladas pela estatística. (1927:190).

³ Seriam elas: índios guaranis e charruas (inferiores aos negros) “dolicocefalos” e “mesaticéfalos”; negros, elevada “dolicocefalia”; açorianos (dolicocefalos); alemães (braquicéfalos ou sub-braquicéfalos) e italianos (braquicéfalos). (1927:182).

⁴ Salis Goulart não aponta quem classificava os alunos entre negros, brancos e mestiços. Além disso, em uma sociedade elitista e racista, quais eram as chances de crianças negras estudarem?

Em sua interpretação, Salis Goulart, ao excluir os movimentos de resistência, a violência da escravidão, bem como a cultura e o cotidiano dos negros, profere uma história elitista, racista e excludente, onde até a “libertação precoce” dos escravos dependeu do espírito de igualdade natural aos gaúchos. O negro aparece como sujeito histórico coadjuvante na construção social e étnica de um estado previamente formado por uma elite açoriana democrática que teria tratado seus escravos com brandura e justiça.

Se, parte da produção intelectual brasileira do início do século XX foi marcada pela noção biológica de raça, em contrapartida, segundo Lourdes Martínez, a partir da década de 1910, por influência das categorias de análise de Franz Boas (relativismo cultural, particularismo das culturas e etnocentrismo), inicia-se um processo de deslocamento retórico da noção biológica de raça para a noção cultural. Nas ciências sociais brasileiras, tal processo é cristalizado na década de 1930, a partir da obra de Gilberto Freyre – a qual relaciona cor, classe e cultura - que, segundo a autora, apesar de apresentar um discurso ao mesmo tempo moderno e conservador por não abandonar a lógica racialista, consegue avançar na questão da relação entre raça e cultura. Partindo desse pressuposto, a autora conclui:

Considero que a suposta ruptura epistemológica que se cristaliza na década de 30 representa um deslocamento dentro do discurso da mestiçagem na América Latina, e não uma mudança de discurso. Este deslocamento, se bem que retórico, teve um impacto conceitual significativo na fenomenologia das relações raciais e étnicas nos diversos países do continente e em suas ilhas (...). (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996:121). [grifo da autora].

Contudo, a influência de Freyre deve ser relativizada no que diz respeito à produção intelectual de alguns autores rio-grandenses. Dentre eles, está Dante Laytano, um dos promotores de nossa história um tanto “gauchesca”, que apesar de conhecer as discussões acadêmicas de sua época, bem como, possuir total liberdade para incorporar ou não, perspectivas que superassem a noção biológica de raça, não buscou a superação desse conceito. Será a seguir brevemente analisado o texto apresentado pelo autor no III Congresso de História e Geografia do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (1940).

Em “Como Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul” (1940), Dante Laytano, ao promover sua tentativa de revelar o papel dos escravos africanos – “esquecidos pelos historiadores” - na constituição social do Rio Grande do Sul, não abandona a estrutura argumentativa utilizada por Salis Goulart. Podemos notar, por exemplo, a permanência da

democracia no pampa, cuja célula social fundamental é a estância, agora sob uma nova roupagem - mais retórica do que teórica, pois se percebe claramente a permanência de uma perspectiva histórica elitista com elementos racistas - baseada em um dos pressupostos de Freyre, qual seja a importância do estudo das habitações dos indivíduos e grupos sociais para a compreensão de determinada sociedade. Nas palavras de Laytano:

Gilberto Freyre trouxe para os estudos brasileiros a these da importância da casa na vida humana. (...) A morada do fazendeiro do sul não teve, em tempo algum, a pompa da casa grande de um senhor de engenho do norte. A casa juntou, entre nós, muito mais, os homens. Faltando sumptuosidade, houve concessões democráticas nos costumes. O negro embora escravo tinha em commum, com o senhor, a paisagem doméstica. (1940:20).

Ainda, a democracia no pampa permanece quando Laytano, citando Saint-Hilaire, discorre sobre a vida do negro no estado, descrevendo para tanto, o trabalho no campo, novamente fator determinante do bom tratamento dispensado aos cativos:

Diz Saint-Hilaire: - (...) não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantem-se próximos deles e, tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não andam a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. (1940:26).

O autor enriquece sua narrativa com algumas passagens de Saint-Hilaire referentes ao trabalho dos negros tanto no campo (agricultura), como na cidade, afirmando a importância do escravo na manutenção da cultura do trigo e em serviços diversos, como por exemplo, remador, carregador de água, vendedor de hortaliças, pedreiro, peão, construtor de estradas e soldado. Além disso, atribui características psicológicas naturais aos negros como por exemplo, a astúcia, a inteligência e até a capacidade do amor filial e materno. Essas considerações, ao invés de problematizarem a questão da participação africana na formação social do Rio Grande do Sul, corroboram a tese de que os negros eram mesmo inferiores e que somente se “civilizaram” e produziram cultura e trabalho em contato com os brancos: “Dentro da sua civilização bárbara, nada produziu de grande mas no contacto com o branco do outro lado do Atlântico, obrigado aos trabalhos vulgares mas uteis, elle [o negro] adquiriu uma consciência de força.” (1940:19).

Dante Laytanno, assim como Salis Goulart, nos remete aos ideais de branqueamento quando coloca as características físicas dos negros “creoulos” gaúchos (mais distanciados dos negros da costa da África) que, supostamente, possuiriam traços faciais mais “brancos”:

Não há quem não tenha observado que os negros creoulos são muito menos distanciados de nossa que os da costa da África. Pode-se atribuir à educação e superioridade que mostram em relação à inteligência, mas ao mesmo tempo eles são de um negro mais escuro, sua testa é menos arredondada, seus lábios menos grossos, seu nariz menos chato (...) A modificação das linhas acompanhava a modificação das almas. Mas a resistência do negro não lhe permitia perder muita coisa do original: Invadiu o folk-lore e a música popular, apossou-se da cozinha e da dança. Flutuou no mar humano. (1940:24).

Partindo da premissa de que a modificação das linhas acompanha a modificação das almas, o autor, além de retornar à noção biológica de raça, condiciona a incorporação da cultura negra na sociedade - cujas expressões passam longe da construção do ideário gaúcho de liberdade e democracia - a um certo grau de “brancura” dos afro-descendentes. O branqueamento está ainda implícito, quando é colocado o papel da imigração alemã no estado que, devido à crise agrícola ocorrida no início do século XIX, foi obrigado, segundo o autor, a recorrer ao braço europeu. Nesse sentido, o negro enquanto sujeito histórico é colocado em um período remoto da nossa história, superado pela vinda dos alemães, construtores de uma sociedade progressivamente branca e próspera.

A breve discussão historiográfica aqui apresentada não está limitada aos textos de Salis Goulart e Dante Laytano. Existem outros autores que através de sua produção acadêmica colaboraram para a construção do mito do gaúcho, bem como para a imposição da idéia de um estado branco e europeizado na memória coletiva de nossa sociedade. Evidentemente, não pretendo minimizar o papel das colônias alemãs e italianas na formação social e cultural do Rio Grande do Sul, assim como não se pode negar as trocas econômicas, sociais e culturais com os castelhanos nas regiões de fronteiras, ou ainda, a utilização do cavalo na estância e a roda de chimarrão. A questão é como devem ser trabalhados esses conteúdos. Nesse sentido, creio que não podemos afirmar que todos aqueles que enfatizam a sociedade branca gaúcha (portugueses, alemães e italianos) e corroboram a imagem do gaúcho como sendo o “centauro dos pampas”, sejam racistas ou elitistas. A construção dessa identidade por esse conjunto de autores levou tempo e foi absorvida (e imposta) aos poucos. O papel do historiador é questionar de forma responsável, o senso comum e as opiniões aparentemente consolidadas, para então buscar outros caminhos mais satisfatórios para a explicação da transformação

social ao longo do tempo. E é por essa razão, que considero fundamental o questionamento dessa identidade que nos foi imposta.

No que diz respeito à formação de professores, penso que é de fundamental importância a discussão historiográfica nas disciplinas nos cursos de Licenciatura. É claro que cada professor trabalha sob sua perspectiva e isso deve ser respeitado. Porém, através do estudo historiográfico é possível identificar de que forma certas interpretações vão se constituindo, baseadas em conceitos muitas vezes amplamente questionáveis. Somado a este estudo, deve estar presente o interesse em saber quem eram os autores e por que justamente suas explicações foram utilizadas em detrimento de outras. Para os professores da rede que não tiveram a oportunidade de fazer essa discussão, devem ser oferecidos pelas universidades cursos de extensão (a preços acessíveis) que os instrumentalizem, de modo que possam estudar dentro de suas possibilidades financeiras e de tempo. Os alunos universitários devem “comprar essa briga” junto às pró-reitorias de extensão, pois sem o esforço coletivo e com o modelo de Universidade que o neoliberalismo quer impor a todo o custo (excludente e elitista) não será possível a implementação de projetos que indiquem algum caminho de subversão da ordem estabelecida.

Na sala de aula, considerando que muitos alunos podem fazer parte de Centros de Tradição Gaúcha (CTG's), ou ainda, serem descendentes de italianos, alemães ou portugueses, bem como, vir de famílias extremamente conservadoras e racistas, é importante que se aborde o assunto de forma crítica, mas em deixar de ouvir suas opiniões. A partir dessas opiniões pode-se, por exemplo, desconstruir a idéia de um estado branco, mostrando como foi o processo de colonização de algumas regiões do Rio Grande do Sul, onde houve durante muito tempo, conflitos com as populações indígenas que povoavam os territórios colonizados muito tempo antes da chegada dos primeiros imigrantes alemães no início da década de 1820, por exemplo. Da mesma forma, discutir com os alunos a questão do branqueamento e o porquê deste ideal ter sido tão forte no início do século XX (quando começou a se pensar na construção identitária brasileira a partir da imigração) e, ainda, como ele foi absorvido no Rio Grande do Sul, pode subverter a lógica da argumentação recorrente. Podem-se buscar elementos para a discussão na literatura, na música, no cinema, em notícias de jornais, enfim, em uma série de materiais acessíveis (pelo menos alguns) a todos os alunos.

Em setembro, ao invés de realizar atividades de exaltação ao “gaúcho farroupilha”, por que não abordar a questão do porquê dessas comemorações, quem eram os farrapos, qual era o real objetivo de sua “revolução”, problematizar a questão da Batalha de Porongos, enfim, estimular o olhar crítico dos alunos quando buscam compreender a sua própria história. Da mesma forma, ao invés de destacar a elite açoriana pelotense e combatente na Revolução Farroupilha, por que não trabalhar o conteúdo a partir das charqueadas, mas não somente enfatizando a violência incontestável sofrida pelos escravos: colocando também as suas formas diárias de resistência, a questão dos quilombos, enfim, sua participação real na construção de um Rio Grande do Sul que está longe de ser somente branco. Nesse sentido, deve-se apontar a existência de comunidades negras remanescentes de quilombos que resistem até hoje em diversas regiões e cidades do estado, como por exemplo, em Mostardas, outra cidade caracterizada como açoriana.

A formação urbana de Porto Alegre também é permeada pela questão das comunidades negras, que no processo de “higienização” da cidade foram retiradas de seus locais de habitação para serem transferidas para zonas periféricas. Bairros como Cidade Baixa, Menino Deus, Mont’Serrat e Bela Vista, que hoje são de classe média, foram bairros ocupados por comunidades negras no passado. Mais importante ainda, é mostrar para os alunos que essas pessoas não “desapareceram” e fazem parte da construção social. Pode parecer estranho falar sobre a identidade africana e a existência de negros no Rio Grande do Sul em escolas públicas das periferias, por exemplo, onde o número de alunos afro-descendentes é maior. Mas, o racismo existe inclusive dentro dessas escolas e, em minha opinião, uma das formas de combatê-lo é discutindo essa questão com os alunos de forma crítica, aproveitando o espaço escolar que não deve ser um ambiente onde somente se transmitem conteúdos curriculares, mas que, principalmente, forme cidadãos conscientes que pensem coletivamente sem discriminações de qualquer tipo, capazes de transformar a sua realidade.

REFERÊNCIAS

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.

LAYTANO, D. d. (1940). Como Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul. *Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*. 2: 15-35.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.